

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
Notas Explicativas	31

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	66
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	68
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	69

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.035.000.000
Preferenciais	0
Total	1.035.000.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	1.177.459	1.573.489	1.719.900
1.01	Ativo Circulante	1.134.876	47.395	87.698
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	74.275	22.542	54.052
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.775	1.244	15.920
1.01.03	Contas a Receber	1.055.423	20.738	15.306
1.01.03.01	Clientes	1.055.423	20.738	15.306
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	18.372	20.680	15.283
1.01.03.01.02	Contas a receber - partes relacionadas	705	58	23
1.01.03.01.03	Contas a receber com poder concedente	1.036.346	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.878	1.051	753
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.340	1.444	1.333
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	185	376	334
1.01.08.03	Outros	185	376	334
1.01.08.03.02	Outros créditos	185	376	334
1.02	Ativo Não Circulante	42.583	1.526.094	1.632.202
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	27.721	1.452.381	25.790
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	27.595	26.269	25.474
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	126	1.426.112	316
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais e outros	100	1.490	298
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	26	25	18
1.02.01.10.05	Ativo financeiro	0	1.424.434	0
1.02.01.10.06	Outros créditos	0	163	0
1.02.03	Imobilizado	4.321	22.601	72.405
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.321	22.601	72.103
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	0	302
1.02.04	Intangível	10.541	51.112	1.534.007
1.02.04.01	Intangíveis	10.541	51.112	1.534.007
1.02.04.01.02	Intangível	10.541	51.112	1.359.992

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	0	0	173.892
1.02.04.01.04	Intangível em andamento	0	0	123

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	1.177.459	1.573.489	1.719.900
2.01	Passivo Circulante	111.488	95.738	141.735
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.485	8.604	6.513
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.168	1.199	988
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.317	7.405	5.525
2.01.02	Fornecedores	34.530	28.706	22.262
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	34.519	28.690	22.237
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	11	16	25
2.01.03	Obrigações Fiscais	4.748	4.588	4.439
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.249	2.310	2.576
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.685	1.339	1.611
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições federais parcelados	564	971	965
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.499	2.278	1.863
2.01.03.03.01	ISS a recolher	2.499	2.278	1.863
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	49.418	48.902	48.701
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	49.418	48.902	48.701
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	49.418	48.902	48.701
2.01.05	Outras Obrigações	13.307	4.938	2.248
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	11.864	5	905
2.01.05.02	Outros	1.443	4.933	1.343
2.01.05.02.05	Outras obrigações com o poder concedente	1.056	956	908
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	387	3.977	435
2.01.06	Provisões	0	0	57.572
2.01.06.02	Outras Provisões	0	0	57.572
2.01.06.02.04	Provisão de manutenção	0	0	57.572
2.02	Passivo Não Circulante	729.655	954.297	979.212
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	722.950	763.929	810.237
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	722.950	763.929	810.237

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	722.950	763.929	810.237
2.02.02	Outras Obrigações	164	264	49
2.02.02.02	Outros	164	264	49
2.02.02.02.03	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	61	1	49
2.02.02.02.04	Fornecedores	103	263	0
2.02.03	Tributos Diferidos	1.179	6.628	4.177
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.179	6.628	4.177
2.02.04	Provisões	5.362	183.476	164.749
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.514	182.204	136.034
2.02.04.02	Outras Provisões	848	1.272	28.715
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	0	0	26.585
2.02.04.02.05	Obrigações parceladas	848	1.272	2.130
2.03	Patrimônio Líquido	336.316	523.454	598.953
2.03.01	Capital Social Realizado	1.035.000	916.000	916.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-698.684	-392.546	-317.047

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	205.812	403.373	311.823
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-322.205	-193.252	-173.442
3.02.01	Custo de construção	-37.844	-14.238	-37.993
3.02.02	Serviços	-132.407	-128.563	-92.450
3.02.03	Custos com obrigações poder concedente	-16.296	-15.243	-15.169
3.02.04	Depreciação e amortização	-51.926	-48.215	-46.336
3.02.05	Custo com pessoal	-43.370	-37.212	-33.860
3.02.06	Provisão de manutenção	0	85.360	80.335
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-35.896	-30.060	-24.277
3.02.08	Outros	-4.466	-5.081	-3.692
3.03	Resultado Bruto	-116.393	210.121	138.381
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-129.386	-190.061	-475.699
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-130.346	-187.190	-476.847
3.04.02.01	Serviços	-8.660	-13.417	-15.330
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-7.553	-8.186	-8.529
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-12.726	-6.215	-6.574
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	-690	-487	-874
3.04.02.08	Água, luz, telefone, internet e gás	-1.059	-982	-936
3.04.02.12	Outros	-7.465	-7.501	-7.319
3.04.02.13	Provisão para perda esperada - contas a receber	50	33	1.307
3.04.02.14	Despesas e multas indedutíveis	-239.638	-24	-2.402
3.04.02.15	Estimativa de perda Lei 13.448/17	-30.295	-104.241	-301.292
3.04.02.16	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários, previdenciários e riscos contratuais	177.690	-46.170	-134.898
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.144	670	1.174
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-184	-3.541	-26
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-245.779	20.060	-337.318
3.06	Resultado Financeiro	-65.808	-93.108	0
3.06.01	Receitas Financeiras	8.592	2.419	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.06.02	Despesas Financeiras	-74.400	-95.527	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-311.587	-73.048	-337.318
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	5.449	-2.451	57.776
3.08.02	Diferido	5.449	-2.451	57.776
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-306.138	-75.499	-279.542
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-306.138	-75.499	-279.542
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,31054	-0,08189	-0,38929

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-306.138	-75.499	-348.812
4.03	Resultado Abrangente do Período	-306.138	-75.499	-348.812

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	43.035	77.347	76.689
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-381.750	-57.494	78.528
6.01.01.01	Prejuízo líquido do período	-306.138	-75.499	-348.812
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-5.449	2.451	-57.776
6.01.01.03	Remuneração e adição contas a receber com poder concedente	-58.105	-174.950	0
6.01.01.04	Depreciação e amortização	59.479	56.401	54.861
6.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado e intangível	182	3.545	27
6.01.01.07	Depreciação - arrendamento mercantil	0	0	4
6.01.01.08	Rendimento de aplicação financeira	-630	2.074	0
6.01.01.09	Juros e variação monetária sobre financiamentos	70.143	58.194	60.185
6.01.01.12	Reversão/Constituição da provisão de manutenção	0	-85.360	-80.335
6.01.01.13	Ajustes a valor presente provisão de manutenção	0	2.204	11.117
6.01.01.14	Constituição/Reversão prov. riscos cíveis, trabalhistas, Tributários, Previdenciários e contratuais	-178.637	33.704	137.950
6.01.01.15	Provisão para perda esperada - contas a receber	-50	-33	-33
6.01.01.16	Juros e variação monetária com partes relacionada	3.692	0	0
6.01.01.17	Atualização monetária s/ riscos cíveis, trabalhistas, tributários, previdenciários e contratuais	3.276	15.401	60
6.01.01.18	Juros sobre obrigações parcelados	181	135	41
6.01.01.19	Estimativa de perda Lei nº 13.448/17	30.295	104.241	301.292
6.01.01.20	Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	11	-2	-53
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	424.785	134.841	-1.839
6.01.02.01	Contas a receber	1.711	-5.364	-3.202
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	0	-35	8
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-826	-304	-23
6.01.02.04	Realização da provisão de manutenção	0	-1.001	0
6.01.02.05	Contas a receber com poder concedente	415.898	138.840	0
6.01.02.06	Obrigações com poder concedente	100	48	0
6.01.02.07	Despesas antecipadas e outras	1.848	-1.508	264
6.01.02.11	Fornecedores	3.310	3.259	5.502

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01.02.12	Fornecedores - partes relacionadas	8.167	-900	126
6.01.02.14	Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	0	-249	0
6.01.02.15	Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de renda e contribuição Social	-445	-595	2.221
6.01.02.17	Pagamento provisão para riscos cíveis, trabalhistas, tributários, previdenciários e contratuais	-2.329	-2.935	-3.112
6.01.02.18	Obrigações sociais e trabalhistas	941	2.043	-3.672
6.01.02.19	Outras contas a pagar	-3.590	3.542	49
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	304	-4.556	-30.823
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-1.512	-5.638	-1.650
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-36.720	-10.839	-38.251
6.02.03	Outros de ativo imobilizado e intangível	39.763	114	363
6.02.04	Resgates / Aplicações na conta reserva	-1.326	-795	0
6.02.10	Aplicações financeiras líquidas de resgate	99	12.602	8.715
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	8.394	-104.301	-3.579
6.03.01	Integralização de capital	119.000	0	45.000
6.03.03	Financiamentos (pagamento de principal)	-47.894	-47.766	-22.945
6.03.04	Financiamentos (pagamento de juros)	-62.712	-56.535	-29.443
6.03.05	Resgates / Aplicações na conta reserva	0	0	3.813
6.03.06	Passivo de arrendamento (pagamento de principal)	0	0	-4
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	51.733	-31.510	42.287
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.542	54.052	11.765
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	74.275	22.542	54.052

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	916.000	0	0	-392.546	0	523.454
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	916.000	0	0	-392.546	0	523.454
5.04	Transações de Capital com os Sócios	119.000	0	0	0	0	119.000
5.04.01	Aumentos de Capital	119.000	0	0	0	0	119.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-306.138	0	-306.138
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-306.138	0	-306.138
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.035.000	0	0	-698.684	0	336.316

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	916.000	0	0	-317.047	0	598.953
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	916.000	0	0	-317.047	0	598.953
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-75.499	0	-75.499
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-75.499	0	-75.499
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	916.000	0	0	-392.546	0	523.454

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	871.000	0	31.765	0	0	902.765
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	871.000	0	31.765	0	0	902.765
5.04	Transações de Capital com os Sócios	45.000	0	0	0	0	45.000
5.04.01	Aumentos de Capital	45.000	0	0	0	0	45.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-348.812	0	-348.812
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-348.812	0	-348.812
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-31.765	31.765	0	0
5.06.04	Absorção de prejuízo	0	0	-31.765	31.765	0	0
5.07	SalDOS Finais	916.000	0	0	-317.047	0	598.953

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	229.357	433.914	339.138
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	229.307	433.881	337.831
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	50	33	1.307
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-334.945	-287.341	-554.757
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-187.231	-177.591	-134.038
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-109.870	-180.872	-463.061
7.02.04	Outros	-37.844	71.122	42.342
7.02.04.01	Custos de construção	-37.844	-14.238	-37.993
7.02.04.02	Provisão de manutenção	0	85.360	80.335
7.03	Valor Adicionado Bruto	-105.588	146.573	-215.619
7.04	Retenções	-59.479	-56.401	-54.865
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-59.479	-56.401	-54.865
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-165.067	90.172	-270.484
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.592	2.419	2.444
7.06.02	Receitas Financeiras	8.592	2.419	2.444
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-156.475	92.591	-268.040
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-156.475	92.591	-268.040
7.08.01	Pessoal	48.858	37.725	34.988
7.08.01.01	Remuneração Direta	35.009	25.441	23.397
7.08.01.02	Benefícios	11.018	9.689	9.341
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.995	1.615	1.535
7.08.01.04	Outros	836	980	715
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.474	34.345	-26.686
7.08.02.01	Federais	8.090	16.963	-41.845
7.08.02.02	Estaduais	260	191	163
7.08.02.03	Municipais	17.124	17.191	14.996
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.331	96.020	72.470
7.08.03.01	Juros	74.412	95.503	72.184

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.08.03.02	Aluguéis	919	517	286
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-306.138	-75.499	-348.812
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-306.138	-75.499	-348.812

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades da Companhia, acompanhado das Demonstrações Financeiras da Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (“CCR MSVia” ou “Companhia” ou “Concessionária”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 005/2013 (“contrato de concessão”).

A Companhia de Participações em Concessões (CPC, empresa do Grupo CCR) foi a vencedora do leilão cujo critério de julgamento foi o maior desconto ofertado para a Tarifa Básica de Pedágio, respeitando-se a tarifa teto de R\$ 0,09270/km referenciado a maio/2012, cujo lance apresentado na proposta econômica foi de R\$ 0,04381/km (deságio de 52,74%).

O Sistema Rodoviário, objeto da concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163/MS integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,4 km, entre a divisa com o Estado do Paraná e término na divisa com o Estado de Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão e passa por 21 cidades lindeiras: Mundo Novo, Eldorado, Itaquiraí, Naviraí, Juti, Caarapó, Dourados, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Sidrolândia, Campo Grande, Jaraguari, Rochedo, Bandeirantes, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim, Pedro Gomes e Sonora.

O contrato de concessão foi assinado em 11 de março de 2014 e tem duração de 30 anos contados a partir da assunção da rodovia, o que ocorreu 30 dias após a assinatura.

A BR-163/MS constitui o principal canal de escoamento da produção de commodities agrícolas da região até os portos de Santos/SP e Paranaguá/PR.

1.3 Destaques de 2022

Em 7 de fevereiro de 2022 foi celebrado e assinado o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão da Companhia, firmado entre a União Federal, por intermédio da ANTT. O presente Termo tem por objetivo estabelecer as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação, monitoração e execução dos investimentos essenciais contemplados no contrato originário, as responsabilidades durante o período de transição e transferência da concessão a serem observadas durante a sua vigência a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao empreendimento.

Em 1º de dezembro de 2022, mediante Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia de Concessões e Participações (“CPC”) reduziu seu capital, transferindo o investimento detido na Companhia para sua controladora direta CCR S.A. (“CCR”). Desta forma, o controle acionário direto da Companhia passou a ser detido pela CCR.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**2. Desempenho Econômico-Financeiro****2.1 O mercado**

A região onde a Companhia está inserida tem forte dependência econômica do setor do agronegócio. O escoamento dos principais produtos agrícolas produzidos na região Centro-Oeste influencia diretamente o tráfego que transita pela BR-163/MS.

2.2 Desempenho

Em R\$ mil	2022	2021	Var.%
Receita líquida	205.812	403.373	-49,0%
Receita de pedágio	164.251	231.964	-29,2%
Receita de construção (ICPC 01 R1)	37.844	14.238	165,8%
Outras receitas (a)	27.212	183.151	-85,1%
(-) Deduções da receita bruta	(23.495)	(25.980)	-9,6%
(-) Custos e despesas (b)	(451.591)	(383.313)	17,8%
Custos de construção (ICPC 01 R1)	(37.844)	(14.238)	165,8%
Demais custos e despesas	(413.747)	(369.075)	12,1%
(-) Resultado financeiro líquido	(65.808)	(93.108)	-29,3%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	5.449	(2.451)	-322,3%
Prejuízo líquido	(306.138)	(75.499)	305,5%
(+) Resultado financeiro líquido	(65.808)	(93.108)	-29,3%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	5.449	(2.451)	-322,3%
EBIT (c)	(366.497)	(171.058)	114,3%
Margem EBIT	-178,1%	-42,4%	3,2 p.p
(+) Provisão de manutenção	-	85.360	-100,0%
EBIT Ajustado	(366.497)	(85.698)	327,7%
Margem EBIT ajustada (d)	-218,2%	-22,0%	8,9 p.p
(+) Depreciação/amortização	59.479	56.401	5,5%
EBITDA (c)	(307.018)	(114.657)	167,8%
Margem EBITDA	-149,2%	-28,4%	4,2 p.p
(+) Provisão de manutenção	-	85.360	-100,0%
EBITDA ajustado	(307.018)	(29.297)	948,0%
Margem EBITDA ajustada (e)	-182,8%	-7,5%	23,3
Dívida líquida	698.093	790.289	-11,7%
Investimentos	38.232	16.477	132,0%
Veículos equivalentes (em milhares)	51.368	50.785	1,1%

- (a) Outras receitas: receitas acessórias + receitas de remuneração de ativo financeiro;
- (b) Custos e despesas: custos dos serviços prestados + custos de construção + despesas gerais e administrativas + outras receitas e despesas operacionais;
- (c) Calculados de acordo com a Instrução CVM n.º 527/12;
- (d) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais;
- (e) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2.1 Receita Líquida

Receita de pedágio: Em 2022 a arrecadação totalizou R\$ 164.251 em receita de pedágio, comparando com 2021 apresentou-se redução de -29,2%. A redução é em decorrência da contabilização do excedente tarifário, (R\$ 177.772), previsto no Termo Aditivo ao contrato de concessão.

Receita de construção: Em 2022 a receita de construção ficou em R\$ 37.844, sendo que o maior volume ocorreu na implantação do dispositivo Interconexão Diamante, no km 258 da BR-163/MS, comparando com 2021 o saldo é maior em 165,8%. Conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), a Companhia reconhece a receita e o custo de construção, de acordo com o CPC 47 – Contratos de construção. Receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

Outras receitas: Referem-se às receitas acessórias e a receita de remuneração de ativo financeiro. As receitas acessórias são receitas oriundas da análise de projetos para emissão de termos de anuência e estudos de acessos à rodovia, utilização da faixa de domínio por adutoras, redes de energia elétrica e redes de fibra óptica. Em 2022 a receita foi maior em 2,1% comparando com o ano anterior devido aos reajustes contratuais, esses reajustes são feitos anualmente, considerando o mês de assinatura do contrato, utilizando como base o índice de IPCA do mês de fevereiro, conforme definido pela Resolução n.º 2.552 de 15 de fevereiro de 2008 da ANTT. (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

A remuneração de ativo financeiro são os valores dos bens reversíveis anteriormente classificados como ativo imobilizado e intangível, líquidos de suas amortizações pela curva de benefício econômico e depreciações pela vida útil à incorrer, considerando como premissa o prazo máximo para que a relicitação ocorra, ajustado pela diferença de critério de amortização linear calculado na data-base destas demonstrações financeiras, ajuste de critério de capitalização de juros SELIC vs. TJLP, atualização do saldo pelo IPCA e a estimativa de excedente tarifário.

2.2.2 Custos e despesas totais

Os custos e as despesas totais aumentaram 17,8% no exercício de 2022 em relação a 2021, alcançando o valor de R\$ 451.591. Esta variação deve-se principalmente a reversão da provisão de manutenção que ocorreu em 2021, em função da assinatura do aditivo.

2.2.3 Investimentos

Durante o exercício de 2022, os investimentos aumentaram 132% em relação a 2021, totalizando o valor de R\$ 38.232 em obras, equipamentos e veículos. Este aumento deve-se a implantação de Dispositivo Diamante em Dourados/MS (km 258) realizado em 2022.

Além destes, alguns projetos seguem em andamento:

- Melhorias em elementos de proteção e segurança.

2.2.4 Captação de Recursos

Os investimentos pactuados no contrato de concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646.000 com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109.915. No dia 15 de abril de 2016, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587.039. Além disso, no mesmo ano a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527.288 e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210.000. Em outubro de 2016, a Companhia recebeu R\$ 147.050 de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

desembolsados R\$ 107.405 dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal. A Companhia não obteve novos desembolsos em 2019, 2020, 2021 e 2022.

A Companhia não teve novas captações em 2022 e não contratou novos financiamentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.2.5 Valor Adicionado

Em 2022, o valor adicionado líquido gerado pela Companhia foi de (R\$ 165.067), representando - 95,6% da Receita Operacional Bruta, o que representa um decréscimo de 133,2% em relação a 2021, em que o valor adicionado foi de R\$ 90.172 representando 37,6% da Receita Operacional Bruta daquele exercício.

2.2.6 Política de Distribuição de Dividendos

O Estatuto Social (art. 28) determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. Os dividendos atribuídos aos acionistas da Companhia serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral. Os dividendos distribuídos e não reclamados no prazo de três anos reverterão em favor da Companhia. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, podendo, ainda, levantar balanços em períodos menores e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas limitações previstas em lei. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à conta de: (i) lucros acumulados; ou (ii) de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

A Companhia não distribuiu dividendos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.2.7 Planejamento Empresarial

A Companhia continua com a prestação de serviços de atendimento aos usuários da BR-163/MS com socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional 24 horas, todos os dias do ano, buscando com excelência torná-la uma Rodovia da Vida.

2.2.8 Gestão da Qualidade

No exercício de 2022, a Companhia obteve a recertificação NBR ISO 14001 versão 2015 compreendendo o escopo: cobrança de receitas acessórias na faixa de domínio, monitoramento do tráfego pelo centro de controle operacional e através do 0800, canal de ouvidoria para recebimento e tratativa de reclamações, sugestões e solicitações, serviço de atendimento ao usuário (SAU) através de resgate médico, resgate mecânico, inspeção de tráfego, combate a princípio de incêndio e apreensão e/ou afugentamento e resgate de animais, arrecadação da tarifa de pedágio, monitoração e conservação da faixa de domínio e fiscalização de serviços ambientais nas frentes de obras do sistema rodoviário da BR-163/MS. O objetivo da Norma é “prover à organização uma estrutura para proteção do meio ambiente e possibilitar uma resposta às mudanças das condições ambientais em equilíbrio com as necessidades socioeconômicas”. Através do Sistema de Gestão Ambiental é possível preservar o meio ambiente, melhorar a eficiência do desempenho e reduzir custos, reafirmando o comprometimento da concessionária na participação ativa para o desenvolvimento socioambiental regional.

2.2.9 Recursos Humanos

Em 2022 foram contratados 176 novos colaboradores para diversas áreas da Companhia. A média/ano de *turnover* ficou em 1,06%. O destaque está nas capacitações internas (NR's 5, 6, 11 e 12, PTI –

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Programa de Treinamento Interno do APH e Tráfego), o que refletiu em redução de gastos e efetividade dos resultados dos treinamentos.

Encerramos 2022 com 766 colaboradores próprios e 513 colaboradores terceirizados.

3. Indicadores Operacionais

Em 11 de outubro de 2022, a Concessionária completou sete anos de implantação do serviço de atendimento aos usuários da BR-163/MS com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do serviço 0800 e centro de controle operacional.

As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais atendendo 24 horas, todos os dias do ano.



3.1 Caracterização do Tráfego

3.1.1 Volume

Na tabela é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês em cada Praça de Pedágio, sem evasão.

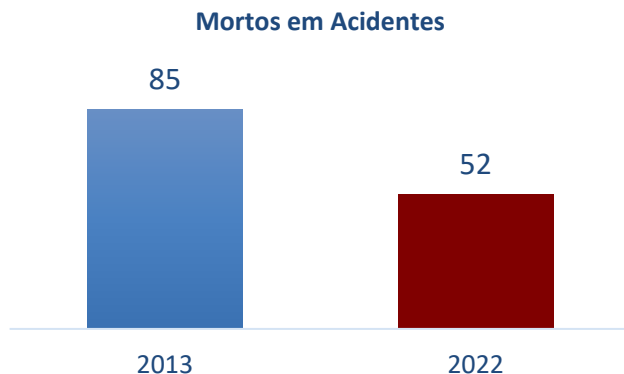
	P01	P02	P03	P04	P05	P06	P07	P08	P09	TOTAL
Janeiro	14.113	14.081	13.999	11.755	17.919	20.744	17.211	15.103	14.218	139.143
Fevereiro	13.453	14.323	14.214	12.288	18.629	21.554	18.286	15.125	14.332	142.204
Março	12.055	13.126	13.303	11.816	18.622	21.630	17.807	14.457	13.770	136.586
Abril	11.616	12.652	12.931	11.532	18.546	21.355	17.906	15.116	14.090	135.744
Maio	11.847	13.760	13.396	11.839	17.963	21.222	17.461	14.619	13.728	135.835
Junho	11.633	13.545	13.660	11.603	17.722	21.086	17.216	14.043	13.035	133.543
Julho	14.073	16.504	15.344	12.954	18.774	22.212	18.508	15.246	14.286	147.901
Agosto	18.037	18.173	17.242	12.659	17.768	21.393	17.400	14.232	13.367	150.271
Setembro	14.932	15.638	15.645	12.554	18.463	21.653	17.694	14.750	13.759	145.088
Outubro	13.682	14.216	13.799	12.302	18.117	21.525	17.381	14.563	13.633	139.218
Novembro	13.002	15.138	13.477	11.773	18.089	20.374	16.873	14.049	13.111	135.886

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Dezembro	14.305	16.208	15.339	13.275	19.216	21.372	17.789	15.218	14.408	147.130
2022	13.572	14.790	14.368	12.199	18.318	21.344	17.624	14.709	13.810	140.734

3.1.2 Segurança no Trânsito

No exercício de 2022 foram registrados 1.557 acidentes, um aumento em relação a 2021, onde foram registrados 1.511 acidentes. Esse acréscimo é justificado mediante a variação do tráfego em 2022 em relação a 2021, que foi 3% maior em número de eixos equivalentes. Comparando o número de vítimas fatais com 2013 quando a rodovia não era concessionada houve uma redução de 38%.



Nas figuras são demonstrados os percentuais e valores de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por quantidade de eventos por tipo de veículo, por gravidade e com número de pessoas envolvidas no exercício corrente e no exercício anterior.

2022	Unid	Total	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Total acidentes	Ocorrências	1.557	121	102	128	128	118	136	123	148	109	150	132	162
Acidentes c/ vítimas feridas	Ocorrências	644	46	44	61	60	51	44	47	56	45	65	65	60
Acidentes s/ vítimas	Ocorrências	868	72	55	64	63	63	92	70	86	61	81	63	98
Acidentes c/ mortos	Ocorrências	45	3	3	3	5	4	0	6	6	3	4	4	4
Vítimas feridas	Pessoas	932	62	54	78	81	94	56	72	72	67	93	112	91
Mortos	Pessoas	52	4	4	3	5	4	0	6	7	5	6	4	4

Índice Anual - BR163/MS				
Acidentes	Unid	2021	2022	Δ%
VDM - Volume Diário Médio	Veic	6.132	6.395	4,3%
Extensão controlada	km	845,4	845,4	-
Dias no período	dias	365	365	-
Total acidentes	Ocorrências	1.511	1.557	3,0%
Acidentes c/ vítimas feridas	Ocorrências	629	644	2,4%
Acidentes s/ vítimas	Ocorrências	836	868	3,8%
Acidentes c/ mortos	Ocorrências	46	45	-2,2%
Vítimas feridas	Pessoas	935	932	-0,3%
Mortos	Pessoas	54	52	-3,7%
Índice de acidentes - Ia	Índice	0,80	0,79	-1,2%
Índice de Mortalidade - Im	Índice	2,43	2,28	-6,2%
Índice de Feridos - If	Índice	49,41	47,23	-4,4%

$$Ia = \frac{(n^{\circ} \text{ de acidentes} \times 10^6)}{(\text{Extensão} \times \text{VDM} \times \text{Período})}$$

$$Im = \frac{(n^{\circ} \text{ de acidentes c/mortos} \times 10^6)}{(\text{Extensão} \times \text{VDM} \times \text{Período})}$$

$$If = \frac{(n^{\circ} \text{ de Vítimas feridas} \times 10^6)}{(\text{Extensão} \times \text{VDM} \times \text{Período})}$$

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.2 Dados de Operação da Concessão

3.2.1 Veículos Alocados

Na tabela são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Companhia na operação da concessão no último mês ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo Veiculo	Quantidade	Qtde/100km
Guincho Leve	17	2,01
Guincho Pesado	8	0,95
Veículo de Inspeção	19	2,25
Ambulância de Resgate - Tipo C	12	1,42
Ambulância de Suporte Avançado - Tipo D	5	0,59
Caminhão Pipa	5	0,59
Caminhão Apreensão de Animais	5	0,59
Manutenção de Equipamentos	13	1,54
Administrativo	42	4,97
Fiscalização (ANTT)	4	0,47
Sela Trinca	2	0,24
Veículos de Pintura	3	0,36
Total	135	15,98

No exercício de 2022, foram registrados 95.724 atendimentos ao usuário por meio do serviço 0800 e 115.347 acionamentos de recursos, destacando-se:

- 73.272 (outros atendimentos) acionamentos de viaturas de inspeção de tráfego, caminhão-pipa e apreensão de animais;
- 38.429 (atendimentos mecânicos) acionamentos de guinchos leve e pesados; e
- 4.556 (atendimentos médicos) acionamentos de ambulância/resgate.

3.2.2 Funcionários Alocados

São apresentados na tabela as quantidades de colaboradores empregados pela Companhia na operação da concessão no último mês ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de colaboradores pelo VDMA (volume diário médio anual equivalente) da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de colaboradores pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo Função	Quantidade	Qtd/100km
Agente Administrativo	2	0,14
Agente Atendimento - APH Enfermeiro	25	1,78
Agente Atendimento - APH Socorrista	203	14,42
Agente Atendimento - Arrecadação	8	0,57
Agente Atendimento - Monitoramento	196	13,93

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Agente Atendimento - Sela Trinca	6	0,43
Agente Conservação	1	0,07
Coord. Interação com Cliente	2	0,14
Gerente Atendimento	1	0,07
Supervisor Interação com Cliente	7	0,50
Total Operacional	451	32,05
Agente Atendimento - Arrecadação	157	11,16
Coordenador Arrecadação	1	0,07
Líder Arrecadação	20	1,42
Supervisor Interação com Cliente	1	0,07
Total Pedágio	179	12,72
Agente Administrativo	23	1,63
Agente Conservação	14	0,99
Agente Econ. Financeiro	1	0,07
Agente Engenharia	8	0,57
Agente Especializado Tecnologia	1	0,07
Agente Gestão Pessoas	1	0,07
Agente Manut Eqpto Sistemas	2	0,14
Agente Manutenção	20	1,42
Agente Manutenção Frota	4	0,28
Agente Suporte Sistemas	1	0,07
Agente Suprimentos	1	0,07
Analista Administração	1	0,07
Analista Comunicação	1	0,07
Analista Contrato de Concessão	1	0,07
Analista Engenharia	4	0,28
Analista Planejamento e Controle	1	0,07
Aprendiz Assist. Administrativo	19	1,35
Consultor Autonomo	1	0,07
Consultor Novos Negócios	1	0,07
Coord. Planejamento Controle	1	0,07
Coordenador Conservação	1	0,07
Coordenador SGI	1	0,07
Coordenador Tecnologia	1	0,07
Engenheiro Segurança Trabalho	1	0,07
Médico do Trabalho	1	0,07
Supervisor Administrativo	6	0,43
Supervisor Engenharia	7	0,50
Supervisor Gente e Gestão	1	0,07
Supervisor Manut Eqpto Sistemas	3	0,21
Supervisor Manutenção Frota	1	0,07
Supervisor Meio Ambiente	1	0,07
Supervisor Planejamento do Atendimento	1	0,07
Supervisor Qualidade	1	0,07

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Técnico Segurança Trabalho	4	0,28
Total Áreas De Apoio	136	9,62
Total Geral	766	54,39

3.3 Aspectos Financeiros

Nos quadros a seguir temos um breve detalhamento de alguns números da Companhia.

- Receita de Pedágio/Acessória (em R\$ mil)

Em 2022	Acumulada
172.625	1.985.773

- Investimentos (em R\$ mil)

Em 2022	Acumulado
38.232	1.838.882

- Custos Operacionais (em R\$ mil)

Em 2022	Acumulado
452.551	3.735.351

- ISS Repassados (em R\$ mil)

A tabela mostra o total de ISS repassados para as prefeituras no exercício de 2022 e o acumulado desde o início da concessão.

Em 2022	Acumulado
22.977	183.440

- Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes as tarifas praticadas no exercício de 2022 em cada praça de pedágio, por categoria de veículo.

Eixos	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
1	R\$ 5,10	R\$ 7,00	R\$ 7,00	R\$ 7,10	R\$ 7,80	R\$ 6,10	R\$ 5,90	R\$ 7,80	R\$ 5,80
2	R\$ 10,20	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 14,20	R\$ 15,60	R\$ 12,20	R\$ 11,80	R\$ 15,60	R\$ 11,60
3	R\$ 15,30	R\$ 21,00	R\$ 21,00	R\$ 21,30	R\$ 23,40	R\$ 18,30	R\$ 17,70	R\$ 23,40	R\$ 17,40
4	R\$ 20,40	R\$ 28,00	R\$ 28,00	R\$ 28,40	R\$ 31,20	R\$ 24,40	R\$ 23,60	R\$ 31,20	R\$ 23,20
5	R\$ 25,50	R\$ 35,00	R\$ 35,00	R\$ 35,50	R\$ 39,00	R\$ 30,50	R\$ 29,50	R\$ 39,00	R\$ 29,00
6	R\$ 30,60	R\$ 42,00	R\$ 42,00	R\$ 42,60	R\$ 46,80	R\$ 36,60	R\$ 35,40	R\$ 46,80	R\$ 34,80
7	R\$ 35,70	R\$ 49,00	R\$ 49,00	R\$ 49,70	R\$ 54,60	R\$ 42,70	R\$ 41,30	R\$ 54,60	R\$ 40,60
8	R\$ 40,80	R\$ 56,00	R\$ 56,00	R\$ 56,80	R\$ 62,40	R\$ 48,80	R\$ 47,20	R\$ 62,40	R\$ 46,40
9	R\$ 45,90	R\$ 63,00	R\$ 63,00	R\$ 63,90	R\$ 70,20	R\$ 54,90	R\$ 53,10	R\$ 70,20	R\$ 52,20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3.4 Concessionária em números**

Dados anuais 2022		Unidade de medida ou comentário
Quilômetros de rodovia	845	
Número de veículos que transitaram	17.695.031	Quantidade por tamanho (leve, mais de dois eixos, mais de três eixos)
Veículos leves	9.605.653	
Motos	282.427	
Caminhões	7.701.214	
Ônibus	105.737	
Veículos isentos	497.638	
Motos isentas	532	
Número de praças de pedágios	9	
Tarifa		Tarifa (informação detalhada no item 3.4)
P1 – Mundo Novo	5,10	
P2 – Itaquiraí	7,00	
P3 – Caarapó	7,00	
P4 – Rio Brilhante	7,10	
P5 – Campo Grande	7,80	
P6 – Jaraguari	6,10	
P7 – São Gabriel do Oeste	5,90	
P8 – Rio Verde	7,80	
P9 – Pedro Gomes	5,80	
Número de quilômetros mantidos	845	Quilômetros por ano
Índice de congestionamento	N/A	Por velocidade média de veículos
Trânsito Médio Diário Equivalente	140.735	Volume do trânsito corrigido por fatores de tipo de veículo
Trânsito Médio Diário Anual Equivalente	48.480	Média anual
Equips. utilizadas pelo concessionário		Veículos, Maquinaria, Balanças, etc.
Praças de pedágio	9	
Bases Operacionais	17	
Balanças	3	
Ambulâncias de Resgate	17	
Guincho Leve	17	
Guincho Pesado	8	
Veículo Inspeção de Tráfego	19	
Veículo Apreensão de Animais	5	
Veículo Caminhão Pipa	5	
Índices de qualidade de estrada	N/A	Por exemplo, índice de Rugosidade
Receita de pedágio	164.251	Expresso em milhares de reais
Custos associados às receitas de pedágio	23.495	Expresso em milhares de reais
<u>Fator Trabalho</u>		
Número de Trabalhadores	766	Por tipo de atividade e por categoria de trabalho
Operacional	451	
Pedágio	179	
Áreas de Apoio	136	
Despesas de Pessoal	49.585	
Operacional	29.194	
Pedágio	11.587	
Áreas de Apoio	8.804	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

<u>Fator Capital</u>		
Despesas de Depreciação	56.401	Regra de depreciação empregada
Ativo Líquido	74.275	Caixa e Equivalentes de Caixa
Ativo Bruto	1.177.459	
Série Histórica dos Investimentos	1.838.882	Em unidades monetárias
Custo de Oportunidade do Capital	(118.865)	Custo de capital
<u>Fatores Intermediários</u>		
Despesas em Administração	32.814	Em valores monetários, não incluir despesas trabalhistas administrativas
Despesas em Manutenção	153.243	Valores monetários
Outras Despesas	16.296	
<u>Seguridade</u>		
Quantidade de Acidentes	1.557	Na medida do possível, separados entre aquele em que houve vítimas ou apenas danos e lesões
Acidentes c/ vítimas feridas	644	
Acidentes s/ vítimas	868	
Acidentes c/ mortos	45	
Vítimas feridas	932	
Mortos	52	
<u>Indicadores</u>		
Receita por veículo ou KM	1,17	
Custo por veículo ou KM	1,79	
Quilômetros de rodovia	845	

3.5 Balanço Social

	2022	2021
Faturamento bruto	229.307	429.353
Receita líquida (RL)	205.812	403.373
Resultado operacional (RO)	(245.779)	20.060
Folha de pagamento bruta (FPB)	56.096	43.427
Folha de pagamento bruta - total remunerações	24.339	20.709
Folha de pagamento bruta - total pago as empresas prestadoras de serviços	**	**

**Não temos informações para esse item, visto que Gestão de pessoas não faz a gestão deste item.

4. Demais Assuntos**4.1 Governança Corporativa**

A Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto de propósito exclusivo e específico, e subsidiária integral da CCR.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por três membros efetivos, eleitos em assembleia geral de acionistas, sendo Eduardo Siqueira Moraes Camargo o Presidente do Conselho e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

demais membros efetivos: Pedro Paulo Archer Sutter e Roberto Penna Chaves Neto. A Diretoria, composta por três membros foi eleita pelo Conselho de Administração: Fausto Camilotti, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, como Diretor eleito Guilherme Motta Gomes e como Diretor eleito Eduardo Siqueira Moraes Camargo.

4.2 Sustentabilidade

A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal ao Grupo, desde o Conselho de Administração (CA-CCR) até a Companhia que administra os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, e estando a gestão desta estratégia a cargo da Vice-Presidência de Governança, Riscos, *Compliance* e Auditoria Interna também responsável pela área de ESG. A atuação do CA-CCR, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com *stakeholders*, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2022, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 12ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, possuímos *rating* A no MSCI, nota B no CDP e Selo Ouro no GHG *Protocol* desde 2013.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR S.A. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 4.3.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no *site* da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela *Global Reporting Initiative* (GRI) e *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.3 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando a transformação social nas regiões onde atua.

Apoia projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e por meio dos programas proprietários, como o Caminhos para a Cidadania, que está presente em mais de 1.600 escolas e forma mais de 3 mil professores, e o Caminhos para a Saúde, que oferece atendimentos de saúde a caminhoneiros, motociclistas, passageiros, ciclistas e clientes de metrô somando 49 mil atendimentos em 2022. O foco do Instituto CCR é a transformação social por meio de iniciativas de cultura, educação, esporte e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

saúde. Somente em 2022, foram aplicados R\$ 49 milhões em projetos sociais. Saiba mais em www.institutoccr.com.br

4.4 Compromissos

A Companhia está em conformidade aos Princípios do Equador segundo o 11º Relatório de Monitoramento que contém as informações relacionadas a verificação do cumprimento do Plano de Ação Socioambiental (ESAP) atestando que as diretrizes Socioambientais estão sendo atendidas.

Em 2022 a Companhia realizou Campanhas Educativas para os usuários da rodovia.

4.5 Destaques do exercício

No exercício de 2022 a Concessionária retomou as ações educativas voltados ao usuário, lindeiros e empresas da BR-163/MS, as quais foram bem reduzidas em 2021 devido a pandemia do covid-19. Segue os nossos resultados abaixo:



4.6 Reconhecimento

O modelo de negócio sustentável do Grupo CCR e das unidades tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Os prêmios e reconhecimentos de destaque recebidos pela Companhia em 2022 foram:

- IDA - A Companhia conquistou a terceira colocação no 2022, na Classificação Final do Índice de Desempenho Ambiental (IDA) das Concessões de Rodovias Federais - Edição 2022, “Esse resultado é o reconhecimento do bom desempenho no IDA – Índice de Desempenho Ambiental para o setor de infraestrutura de transportes, estimulando boas práticas em gestão socioambiental. Tem por objetivo verificar a evolução qualitativa e o comprometimento socioambiental do setor”; e

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- CAIXA – PRINCÍPIOS DO EQUADOR - A Companhia obteve a reclassificação da Caixa Econômica Federal nos padrões dos Princípios do Equador, passando da categoria A (riscos/impactos socioambientais alto) para B (riscos/impactos socioambientais médio) do projeto, conforme informado pela área de risco socioambiental do respectivo banco, a mudança de categoria só foi possível devido a excelente gestão socioambiental da Companhia, com base nas 12 auditorias semestrais das consultorias independentes especializadas nos padrões sustentabilidade, nos quesitos: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos Socioambientais, Condições de Emprego e Trabalho, Eficiência de Recursos e Prevenção da Poluição, Saúde e Segurança, Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário, Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos, Povos Indígenas / Quilombolas e Patrimônio Cultural.

Elogios pelos Usuários da Rodovia BR-163/MS: a quantidade de elogios recebidos pelos colaboradores do Atendimento vem crescendo significativamente através do nosso canal de 0800, no exercício de 2022 foi alcançado o total de 2.526 elogios, demonstrando um grande empenho dos colaboradores.

4.7 Considerações Finais

4.7.1 Agradecimentos

Neste exercício de 2022 a Companhia agradece aos usuários, acionistas, pelo apoio e confiança depositados na equipe de direção da Companhia, ao Governo Federal e à ANTT, aos fornecedores, instituições financeiras, seguradoras e à Polícia Rodoviária Federal pela parceria desenvolvida com objetivo de transformar a rodovia da morte em “Rodovia da Vida”.

A Concessionária agradece também aos colaboradores pela dedicação e trabalho, fundamentais para a superação dos desafios.

4.7.2 Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não contratou seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

4.7.3 Cláusula Compromissória

O Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante em seu Estatuto Social.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.7.4 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. (“KPMG”) sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Campo Grande, 2 de março de 2023.

A Administração.

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto social específico e exclusivo, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação dos serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da rodovia BR-163/MS, nos termos do contrato de concessão celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), em decorrência do leilão objeto do edital de concessão n.º 005/2013 (“contrato de concessão”). A sede está localizada na avenida Zilá Corrêa Machado, número 5.600, no bairro Moreninha, na cidade de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul.

O Sistema Rodoviário, objeto da concessão, compreende o trecho da rodovia BR-163 integralmente inserido no Estado do Mato Grosso do Sul, com extensão total de 845,40 km, entre a divisa com o Estado do Paraná e término na divisa com o Mato Grosso, incluindo todos os elementos integrantes da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas à concessão.

Em 11 de abril de 2014, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) transferiu à Concessionária todos os bens vinculados à operação e manutenção do Sistema Rodoviário pelo prazo de 30 anos.

A Companhia tem como principal desafio duplicar mais de 800 km da BR-163/MS em 5 anos. Além disso, implantou o Sistema de Atendimento ao Usuário em 11 de outubro de 2014, com serviços de socorro médico, socorro mecânico, inspeção de tráfego, combate a incêndios e apreensão de animais que são acionados pelos usuários através do centro de controle operacional e serviço 0800. As equipes e recursos de atendimento estão distribuídos ao longo de 17 bases operacionais.

Previamente ao início da cobrança de pedágio, estava previsto no contrato de concessão a duplicação de 10% da rodovia até o 18º mês de concessão. Tais obras foram realizadas com autorização baseada nas Portarias Interministeriais 288 e 289, de 16 de julho de 2013, dos Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes. Estas portarias permitem a ampliação da capacidade e a duplicação parcial da rodovia através de uma autorização de execução das obras sem a respectiva licença ambiental, desde que as mesmas não impliquem na supressão de vegetação nativa; realocação da população; impacto em unidades de conservação; impacto em terras indígenas e/ou quilombolas; não realizar intervenções em áreas de preservação permanente.

A Concessionária, após concluir 10% da duplicação e a implantação de nove praças de pedágio em agosto de 2015, iniciou a cobrança da tarifa no dia 14 de setembro de 2015, por meio da autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) publicada na resolução n.º 4.826.

As tarifas aplicadas foram reajustadas segundo regras constantes no contrato de concessão e com os efeitos das revisões extraordinárias dispostas nas resoluções n.º 4.700 de 13 de maio de 2015 e n.º 4.826 de 3 de setembro de 2015. A primeira incluiu a implantação de retornos em nível na BR-163/MS no montante de investimentos compromissados com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a segunda restabeleceu o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão após isenção da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos comerciais concedida pela Lei n.º 13.103/2015, conhecida como “Lei dos Caminhoneiros”.

Em maio de 2016, a titularidade da Licença de Instalação emitida pelo IBAMA, de n.º 1083, foi transferida para a Companhia. Desta forma, foi possível iniciar a implantação de mais 55 km de duplicação, totalizando 87 km que foram concluídos em junho de 2017.

Em 14 de setembro de 2016, foram aplicados o 1º reajuste ordinário e o 3º reajuste extraordinário conforme resolução n.º 5.183 de 12 de setembro de 2016, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Em 14 de setembro de 2017, foram aplicados o 2º reajuste ordinário e o 4º reajuste extraordinário conforme resolução n.º 5.414 de 11 de setembro de 2017, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do contrato de concessão.

Em 14 de setembro de 2018, foram aplicados o 3º reajuste ordinário e o 5º reajuste extraordinário conforme deliberação n.º 700 de 13 de setembro de 2018, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do contrato de concessão.

Em 30 de novembro de 2019, foram aplicados o 4º reajuste ordinário e o 6º reajuste extraordinário conforme deliberação n.º 1.024 de 26 de novembro de 2019, com aplicação da variação do IPCA e consideração do Fator C e Fator D, conforme regras do contrato de concessão. No entanto, a Companhia obteve suspensão dos efeitos da deliberação, com a consequente suspensão da redução da tarifa até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual. Deste modo, a Companhia retomou a cobrança do valor anterior da tarifa às 00:00 do dia 1º de dezembro de 2019.

Em 14 de setembro de 2020 não ocorreu o reajuste tarifário conforme regras do contrato de concessão, devido a suspensão dos efeitos da deliberação n.º 1.025 de 26 de novembro de 2019, até que sejam apreciados os conflitos decorrentes do desequilíbrio contratual pelo juízo arbitral.

Os investimentos pactuados no contrato de concessão são financiados por contratos firmados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. O financiamento com o BNDES foi suportado por um empréstimo ponte firmado em setembro de 2014 no montante de R\$ 646 milhões com prazo de 18 meses e teve seu vencimento em abril de 2016, quando iniciou o empréstimo de longo prazo no valor de R\$ 2.109 milhões. No dia 15 de abril, a Companhia recebeu o primeiro repasse do financiamento no valor de R\$ 587 milhões. Além disso, a Companhia contratou dois financiamentos com a Caixa Econômica Federal, um com recursos do programa FINISA, no valor de R\$ 527,3 milhões, e contrato de repasse de recursos do BNDES, no valor de R\$ 210 milhões. Em outubro de 2016, a Companhia recebeu R\$ 147 milhões de aporte dos dois últimos contratos citados. No mês de março de 2017, foram desembolsados R\$ 107 milhões dos contratos com o BNDES e Caixa Econômica Federal.

Em 10 de junho de 2021, foi assinado o termo aditivo n° 1 ao contrato de concessão, com o objeto de estabelecer as obrigações relativas à relicitação, para o trecho concedido da BR-163/MS, entre a divisa do Estado do Mato Grosso e a divisa com o Paraná.

Durante o período de vigência do termo aditivo, haverá diversas etapas para a efetiva conclusão da relicitação, período em que a Companhia permanecerá operando o trecho concedido e garantindo a continuidade e a segurança dos serviços essenciais aos usuários.

A vigência do Aditivo é de até 24 meses, contados a partir da publicação do Decreto n.º 10.647/2021, em 11 de março de 2021.

A Companhia contratou em favor da ANTT, garantia de execução do contrato, no valor de R\$ 175.000, a preços de maio de 2012 ajustado pelo IPCA.

Adicionalmente a Companhia fica obrigada a: (i) prestar os serviços nas condições estabelecidas neste termo aditivo e em seus anexos; (ii) observar o prazo de vigência do termo aditivo para fins de celebração, prorrogação, renovação e/ou aditamento de contratos com terceiros, exceto se por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; (iii) não distribuir dividendos ou juros sobre capital próprio e não realizar operações que configurem remuneração dos acionistas, nos termos do disposto no §4º, do art. 202, da Lei n.º 6.404, de 15 dezembro de 1976; (iv) não reduzir seu capital social; (v) não oferecer novas garantias em favor de terceiros, exceto se por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; (vi) não alienar, ceder, transferir, dispor ou constituir ônus, penhor ou gravame sobre bens ou direitos vinculados ao contrato de concessão originário, exceto por motivo justificado e com autorização expressa da ANTT; e (vii) não requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

Notas Explicativas

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão. Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º termo aditivo ao contrato de concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da Companhia após o enquadramento no processo de relicitação.

Bens reversíveis

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, tenha sido devidamente autorizada pelo Poder Concedente.

1.1 Outras informações relevantes:

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles:

i. Revisão contratual extraordinária

Em 6 de abril de 2017, a Companhia apresentou à ANTT, um pedido de revisão contratual extraordinária em virtude de ter havido modificação substancial das bases da contratação por fatores não imputáveis à Companhia e alheios à sua responsabilidade legal ou contratual, que impedissem a continuidade dos serviços nos moldes originalmente contratados.

Em 3 de janeiro de 2018, a ANTT encaminhou à Companhia ofício comunicando a rejeição do pleito de revisão das condições do contrato de concessão, sob o fundamento de que os eventos narrados pela Companhia seriam riscos que teriam sido, no contrato de concessão, alocados à Companhia.

Dessa forma, não restou outra opção à Companhia, a não ser, em 20 de maio de 2018, ingressar em juízo em face da ANTT e da União (Processo n.º 1009737-97.2018.4.01.3400, em trâmite perante a 22ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal), para requerer preliminarmente que seja autorizada a suspensão de suas obrigações contratuais de investimentos e seja determinado que a ANTT se abstenha de aplicar quaisquer outras penalidades contra a Companhia e, ao final, a condenação da ANTT a proceder à revisão do contrato de concessão, ou, subsidiariamente, na remota hipótese de se entender que a revisão necessária extrapola os limites de alterações dos contratos administrativos, a sua rescisão judicial, conforme disposto em lei e nos termos do contrato de concessão.

Em 25 de maio de 2018, o juiz proferiu decisão determinando que a ANTT se abstenha, até deliberação posterior, de aplicar qualquer tipo de penalidade contra a Companhia. Após a citação da ANTT e da União, as mesmas contestaram a ação e, posteriormente, a Companhia apresentou sua manifestação em 4 de julho de 2018.

Em 17 de outubro de 2018, foi realizada audiência de conciliação na qual as partes acordaram de suspender o processo por 90 dias, para que fossem realizadas tratativas administrativas, a fim de concretizar um possível acordo.

Em 5 de fevereiro de 2019, a ANTT apresentou petição, para requerer a suspensão do processo por mais 60 dias, o que foi deferido. Em 11 de abril de 2019, a ANTT formulou novo pedido de prorrogação, requerendo a dilação da suspensão por mais 45 dias.

Diante do transcurso do prazo adicional de 45 dias sem qualquer manifestação da ANTT, bem como considerando que a Agência informou que seria aplicado o Fator D, com fundamento nesse fato novo, a Companhia, em 13 de junho de 2019, apresentou petição reiterando os pedidos liminares inicialmente formulados, sobretudo a suspensão da aplicação do Fator D.

Notas Explicativas

Em 29 de julho de 2019, a Companhia apresentou nova petição informando que a ANTT havia notificado a concessionária para se manifestar, no prazo de 15 dias, sobre a Nota Técnica n.º 2330, que consignou os resultados preliminares da revisão tarifária em andamento e apontou eventual redução tarifária em setembro de 2019 da ordem de 54,27% ou da ordem de 40,58% (caso o recálculo seja diluído ao longo dos próximos 36 meses). Com fundamento nesse fato novo, foi reiterado o pedido liminar formulado na inicial para suspender a aplicação do Fator D.

Em 17 de setembro de 2019, foi proferida decisão que indeferiu o pedido de tutela de urgência formulado pela Companhia. Em 26 de setembro de 2019, a concessionária interpôs o recurso de agravo de instrumento requerendo a reforma da decisão recorrida, o qual foi indeferido em 16 de outubro de 2019. Em 6 de novembro de 2019, a Companhia interpôs agravo interno. Em 4 de dezembro de 2019, a Companhia comunicou nos autos do agravo de instrumento que decidiu submeter a questão do reequilíbrio contratual à jurisdição arbitral, razão pela qual desistiu do recurso. Em 20 de dezembro de 2019, a União protocolizou petição comunicando que deixou de apresentar contrarrazões ao agravo interno, tendo em vista a desistência recursal da parte adversa.

Em 1ª instância, a Companhia apresentou réplica, em 15 de outubro de 2019, e o processo segue na fase de instrução.

Em 5 de março de 2020, o Ministério Público Federal apresentou petição para requerer vista dos autos para análise de possível interesse em intervir no feito. Em 11 de março de 2020, foi protocolizada petição pela Companhia requerendo a suspensão do processo até o término da arbitragem em que será discutido o desequilíbrio do contrato de concessão ou, na remota hipótese de assim não se entender, reiterando as provas que pretende produzir. Em 20 de maio de 2020, foi certificado o decurso do prazo para manifestação da ANTT sobre provas.

Em 27 de julho de 2020, foi proferida decisão que deferiu a suspensão do feito por 6 meses ou, em qualquer caso, até o término do processo da arbitragem. Em 12 de agosto de 2020, o Ministério Público tomou ciência desta decisão.

Em 04 de novembro de 2021, terminou o prazo de suspensão processual.

Em 05 de dezembro de 2022, sobreveio despacho intimando a Companhia a informar sobre o resultado do processo de arbitragem.

Em 07 de fevereiro de 2023, a Companhia apresentou manifestação informando que o procedimento arbitral se encontra no início da perícia e requereu novo pedido de suspensão do processo até o julgamento da revisão contratual no Tribunal Arbitral. Aguarda-se manifestação da parte contrária.

ii. Redução Tarifária e Arbitragem

Em 26 de novembro de 2019, a ANTT, por meio da deliberação n.º 1025/2019 (publicada no Diário Oficial em 27 de novembro de 2019) proferida no âmbito do Processo Administrativo n.º 50501.313777/2018-04, determinou a redução, em 53,94%, da tarifa básica de pedágio de todas as praças compreendidas na BR-163/MS.

Em 27 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou ação cautelar antecedente preparatória de arbitragem com pedido de liminar, buscando a suspensão da deliberação n.º 1025/2019, que foi distribuída para a 22ª Vara da Justiça Federal de Brasília (proc. n.º 1039786-87.2019.4.01.3400). A redução tarifária foi suspensa por meio de decisão liminar proferida pelo TRF da 1ª Região em Agravo de Instrumento. Após a constituição do Tribunal Arbitral, em 16 de julho de 2020, foi proferida sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito.

Notas Explicativas

No âmbito da arbitragem, após a composição do Tribunal Arbitral e celebração da Ata de Missão, foram apresentadas, pela Companhia suas alegações iniciais em 17 de agosto de 2020. Em 19 de outubro de 2020, foram apresentadas as respostas da União e ANTT às alegações iniciais.

A Companhia apresentou sua réplica em 19 de novembro de 2020. Em 21 de dezembro de 2020, a União e ANTT apresentaram tréplica. Em 8 de março de 2021, foi realizada audiência junto ao Tribunal Arbitral. Em 23 de abril de 2021, foi proferida decisão na arbitragem no sentido de manter a decisão proferida na tutela cautelar antecedente, assim como ampliar a tutela cautelar para suspender a exigibilidade das multas aplicadas pela ANTT à Companhia.

Em 27 de abril de 2021, a ANTT apresentou pedido de esclarecimentos em face dessa decisão, o qual encontra-se pendente de apreciação. Em 25 de maio de 2021, a Companhia apresentou resposta ao pedido de esclarecimento da ANTT. Em 7 de junho de 2021, o Tribunal Arbitral deferiu a produção de prova pericial e oral postulada pelas Requerentes.

Em 15 de julho de 2021, o Tribunal Arbitral negou provimento ao pedido de esclarecimento da ANTT, concedendo o prazo até o dia 30 de julho de 2021 para que as partes apresentem manifestação, especificando as provas que pretendem produzir, o que foi cumprido na arbitragem, tendo sido apresentada manifestação por ambas as partes. Em 3 de setembro de 2021, a ANTT solicitou ao Tribunal Arbitral a bifurcação do procedimento arbitral e, consequentemente, a imediata prolação de sentença parcial, previamente à produção de eventual prova técnica. Em 4 de outubro de 2021, a Companhia apresentou manifestação se insurgindo contra a manifestação da ANTT e requerendo o início da fase de instrução. Em 30 de novembro de 2021, o Tribunal Arbitral indeferiu o pedido de bifurcação do procedimento requerido pela ANTT e, ato contínuo, foi determinada a realização de perícia para os pleitos objeto do procedimento arbitral. Aguarda-se o início da perícia.

iii. Relicitação

Em 20 de dezembro de 2019, a Companhia endereçou requerimento junto à ANTT, manifestando a intenção de aderir ao “Processo de Relicitação”, objeto da lei n.º 13.448/2017, ressaltando-se que tal requerimento foi elaborado com base nos requisitos exigidos conforme Resolução n.º 5.860 de 2019 e nos termos do Decreto Federal n.º 9.957/2019, que o disciplinou.

Com este requerimento, a concessionária iniciou os trâmites relativos à devolução amigável da concessão, devendo o sistema rodoviário ser submetido a uma nova licitação (Relicitação) pelo Poder Concedente. A viabilidade técnica e jurídica do requerimento foi atestada pela ANTT por meio da Deliberação n.º 337, de 21 de julho de 2020, tendo havido a manifestação favorável do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) da Presidência da República, conforme Resolução CPPI n.º 148, de 2 de dezembro de 2020, e a posterior publicação do Decreto n.º 10.647, de 2021, por parte da Presidência da República.

Em 10 de junho de 2021, foi celebrado o 1º Termo Aditivo ao contrato de concessão da Companhia, cuja publicação no Diário Oficial ocorreu em 14 de junho de 2021. O 1º Termo Aditivo contempla garantias por parte da Companhia, descritos na nota explicativa n.º 1 - Contexto operacional.

A vigência do 1º Termo Aditivo é de até 24 meses, contados a partir da publicação do Decreto n.º 10.647/2021, em 11 de março de 2021.

Em 20 de janeiro de 2022, foi realizada reunião de Diretoria Colegiada da ANTT, que aprovou o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão.

Em 7 de fevereiro de 2022, o 2º Termo Aditivo ao contrato de concessão foi assinado pelas partes com a alteração do PER – Plano de Exploração da Rodovia, compatibilizando os parâmetros das obrigações da concessionária após o enquadramento no processo de relicitação.

Notas Explicativas

Tendo em vista que os Editais da nova licitação estão entrando em fase de audiência pública, a Companhia está em negociação com o Poder Concedente do 3º aditivo referente ao processo de relicitação. Neste aditivo, espera-se que a Companhia continue suas operações no âmbito desta concessão em até 24 meses.

iv. Ação de Nulidade de Sentença Arbitral

Em 11 de outubro de 2021, a ANTT ajuizou a ação declaratória de nulidade de sentença arbitral parcial com pedido de tutela antecipada em face da Companhia para que seja determinada a exclusão liminar dos pedidos elencados do Procedimento Arbitral n.º 24957/GSS/PFF, afastando o teor da decisão da ordem procedimental n.º 4, integrada pela decisão do pedido de esclarecimentos. Em 8 de dezembro de 2021, a ANTT protocolizou petição requerendo a desistência da demanda, antes da citação da Companhia, a fim de que o feito seja extinto sem resolução do mérito.

Em 15 de março de 2022, o processo foi extinto, tendo sido arquivado definitivamente em 6 de maio de 2022.

Os acionistas controladores e a administração da Companhia reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis ao contrato de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles, exceto pelos tópicos relacionados a “Relicitação” da Companhia.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 2 de março de 2023, foi aprovado pelo Conselho da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas Explicativas

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3o - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

- 7 Provisão para perda esperada
- 8b Impostos diferidos
- 11 Amortização dos ativos intangíveis
- 15 Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais
- 20 Instrumentos financeiros

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Notas Explicativas

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente baseados em cada contrato de concessão.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) *Instrumentos financeiros*

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de

Notas Explicativas

receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	---

Ativo financeiro a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
-------------------------------	--

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou

Notas Explicativas

- A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

Notas Explicativas

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item “o”

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

Notas Explicativas

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passaria a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

Notas Explicativas

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos

Notas Explicativas

sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

Notas Explicativas

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p) Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública da rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do Estado do Mato Grosso do Sul e as receitas são provenientes da cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

q) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras finais em 31 de dezembro de 2022:

- **Contratos Onerosos - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**

As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022.

- **Revisão anual das normas de IFRS 2018 – 2020 (aplicáveis para a Companhia)**

- i. **IFRS 1 – Adoção pela Primeira Vez das Normas IFRS por subsidiárias**

Esta alteração simplifica a aplicação da IFRS 1 para uma subsidiária que adota pela primeira vez as Normas IFRS depois de sua controladora – ou seja, se uma subsidiária adota as Normas IFRS posteriormente e aplica a IFRS 1. Uma subsidiária pode optar por mensurar as diferenças

Notas Explicativas

acumuladas de conversão para todas as operações estrangeiras em valores incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as normas IFRS.

- ii. IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Taxas incluídas no teste de “10 por cento” para baixa de passivos financeiros

Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de '10 por cento' ao avaliar se um passivo financeiro deve ser desreconhecido. Assim, uma entidade incluiria apenas as taxas pagas ou recebidas entre a entidade (o devedor) e o credor, incluindo taxas pagas ou recebidas pela entidade ou pelo credor em nome da outra parte.

- iii. IFRS 16 – Arrendamentos

A alteração removeu o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros, visto que o exemplo clarifica se o reembolso atenderia à definição de incentivo de arrendamento na IFRS 16.

s) *Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante - alterações ao CPC 26 (IAS 1) e CPC 23 (IAS 8);
- IFRS 17 - Contratos de seguros;
- Divulgação de políticas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8) e IFRS *Practice Statement 2*;
- Definição de estimativas contábeis - alterações ao CPC 23 (IAS 8);
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- Passivo não circulante com *covenants* - alterações ao CPC 26 (IAS 1).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

Notas Explicativas

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juro e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) relativos aos financiamentos; (2) Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos aos empréstimos em reais; e (3) Índice Geral de Preços

Notas Explicativas

do Mercado (IGP-M) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 14 e 20.

As tarifas de pedágio da Companhia são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Financiamentos (a)	107.726	104.264	100.040	96.417	875.253
Fornecedores e outras contas a pagar	34.917	-	103	-	-
Fornecedores - partes relacionadas	11.864	-	-	-	-
Obrigações com Poder Concedente	1.056	-	-	-	-
(a) Valores brutos dos custos de transação.					

Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia conta com o suporte financeiro da controladora CCR S.A. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	15.483	15.715
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	58.792	6.827
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>74.275</u>	<u>22.542</u>

Notas Explicativas

	2022	2021
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos e CDB	1.775	1.244
Total - Circulante	1.775	1.244
Não Circulante		
Aplicações financeiras		
Conta reserva (Garantia BNDES - maiores detalhes vide nota explicativa 14)	27.595	26.269
Total - Não Circulante	27.595	26.269
Total - Aplicações financeiras	29.370	27.513

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,60% do CDI, equivalente a 12,50% ao ano (99,07% do CDI, equivalente a 4,35% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber**Contas a receber das operações**

	2022	2021
Circulante		
Receitas de pedágio (a)	17.204	19.745
Receitas acessórias (b)	1.169	986
	18.373	20.731
Provisão para perda esperada - contas a receber (c)	(1)	(51)
	18.372	20.680

Idade de vencimentos dos títulos

	2022	2021
Créditos a vencer	18.372	20.676
Créditos vencidos até 60 dias	-	3
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	-	1
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	1	2
Créditos vencidos há mais de 180 dias	-	49
	18.373	20.731

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) prevista no contrato de concessão; e
- (c) Provisão para perda esperada – contas a receber, reflete a perda esperada da Companhia.

Notas Explicativas**Contas a receber do Poder Concedente**

	2021	2022				
	Saldo inicial	Adições	Remuneração (b)	Transferência	Outros (c)	Saldo final
Bens reversíveis e indenizáveis						
Circulante	-	24.534	18.838	1.364.476	(371.502)	1.036.346
Não circulante	1.424.434 (a)	14.733	-	(1.364.476)	(74.691)	-
Total geral	1.424.434	39.267	18.838	-	(446.193)	1.036.346

- (a) Em 10 de junho de 2021, à luz do processo judicial, mencionado no item 1.2 Outras informações relevantes, subitem iii, destas demonstrações financeiras foi firmado o Termo Aditivo n.º 1 ao contrato de concessão. Baseado na cláusula n.º 9 do Aditivo, aplicou-se a análise de recuperabilidade por valor justo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente sob o regime da Lei n.º 13.448/2017, conforme Resolução n.º 5.860 de 2019 e Decreto n.º 9.957 de 2019. Neste sentido, foi reclassificado para o ativo financeiro os valores dos bens reversíveis anteriormente classificados como ativo imobilizado e intangível, líquidos de suas amortizações pela curva de benefício econômico e depreciações pela vida útil à incorrer, considerando como premissa o prazo máximo para que a relicitação ocorra, ajustado pela diferença de critério de amortização linear calculado na data-base destas demonstrações financeiras, ajuste de critério de capitalização de juros SELIC vs. TJLP, atualização do saldo pelo IPCA e a estimativa de excedente tarifário, ambos até 31 de dezembro de 2020.
- (b) Refere-se se a atualização monetária pelo IPCA do exercício de 2022 utilizando o mesmo critério do item (a).
- (c) O montante de R\$ 371.502 refere-se a: (i) R\$ 30.295 pela estimativa de perda segundo a lei 13.448/2017, aplicou-se a análise de recuperabilidade por valor justo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente, neste sentido, foi reclassificado para o contas a receber os valores dos bens reversíveis anteriormente classificados como imobilizado e intangível, líquidos de suas amortizações pela curva de benefícios econômicos e depreciações pela vida útil a incorrer, considerando como premissa o prazo máximo para que a relicitação ocorra, ajustados pela diferença de critério de amortização linear e pelo ajuste de critério de capitalização de juros; (ii) R\$ 176.255 pelo excedente tarifário sobre tarifas recebidas dos usuários calculado após a assinatura do Termo Aditivo n.º 1; e (iii) R\$ 239.643 de saldo atualizado do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) mencionado na nota explicativa 15, sendo: R\$ 237.713 advindo de transferência do passivo e R\$ 1.930 de redução por atualização monetária).

8. Imposto de renda e contribuição social**a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos**

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	2022	2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(311.587)	(73.048)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	105.940	24.836
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis (b)	(20.874)	(16.238)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(120)	38
Impostos diferidos não constituídos (a)	(79.497)	(11.085)
Outros	-	(2)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	5.449	(2.451)
Impostos diferidos	5.449	(2.451)
Alíquota efetiva de impostos	1,75%	-3,36%

- (a) Em função de não haver expectativa de lucro tributável futuro, o reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos foi limitado ao passivo fiscal diferido;
- (b) Em 2022, do montante de R\$ 20.874, R\$ 20.212 (em 2021, R\$ 16.045) refere-se aos impostos sobre as provisões de risco contratuais com o Poder Concedente.

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	2022				
	2021	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b)	2.785	(2.325)	460	460	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	937	131	1.068	1.068	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	17	(10)	7	7	-
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais	690	288	978	978	-
Provisão para fornecedores	2	(2)	-	-	-
Capitalização de juros	(84.809)	2.957	(81.852)	-	(81.852)
Custo de transação de empréstimos	(4.675)	496	(4.179)	-	(4.179)
Estimativa de perda lei n.º 13.448/2017	78.400	3.894	82.294	82.294	-
Outros	25	20	45	45	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(6.628)	5.449	(1.179)	84.852	(86.031)
Compensação de imposto	-	-	-	(84.852)	84.852
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(6.628)	5.449	(1.179)	-	(1.179)

	2021				
	2020	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b)	-	2.785	2.785	2.785	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	124	813	937	937	-
Provisão para perda esperada - contas a receber	18	(1)	17	17	-
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais	682	8	690	690	-
Provisão de manutenção	18.805	(18.805)	-	-	-
Diferenças temporárias	-	(89.484)	(89.484)	-	(89.484)
Diferenças temporárias - lei n.º 12.973/2014 (a)	(92.271)	92.271	-	-	-
Provisão para fornecedores	3	(1)	2	2	-
Estimativa de perda lei n.º 13.448/2017	68.356	10.044	78.400	78.400	-
Outros	106	(81)	25	25	-
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	(4.177)	(2.451)	(6.628)	82.856	(89.484)
Compensação de imposto	-	-	-	(82.856)	82.856
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	(4.177)	(2.451)	(6.628)	-	(6.628)

- (a) Saldos de diferenças temporárias dispostas na lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição) composto principalmente por custos de empréstimos capitalizados e custo de transação.

Notas Explicativas

- (b) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social em 2023.

A recuperação dos créditos tributários poderá ser realizada em prazo diferente do acima estimado, em função de reorganizações societárias e de estrutura de capital.

A Companhia não registrou o ativo fiscal diferido sobre o saldo de diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 482.179 (R\$ 163.941 efeito tributário em 31 de dezembro de 2022) e em 31 de dezembro de 2021 montante de R\$ 248.371 (R\$ 84.446 - efeito tributário), por não haver expectativa de geração de lucro tributável no futuro.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Saldos				
	2022			2021	
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Outras partes relacionadas	Total
Ativo					
Aplicações financeiras	-	75.257	75.257	-	-
Bancos conta movimento	-	13.271	13.271	-	-
Contas a receber	10	695	705	58	58
Outros créditos	-	44	44	-	-
Passivo					
Contas a pagar	11.856	8	11.864	5	5

	Transações					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - doações	-	-	-	-	688	688
Custos / despesas - infraestrutura	-	1	1	-	-	-
Custos / despesas - suporte e manutenção tecnologia e engenharia	-	634	634	-	5.583	5.583
Custos / despesas - suporte administrativo	-	-	-	3.404	-	3.404
Custos / despesas - prestação de serviço - CCR GBS	1.919	-	1.919	-	-	-
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	33	33	-	-	-
Receitas acessórias na faixa de domínio	-	1	1	-	-	-
Receitas de aplicações financeiras	-	2.510	2.510	-	-	-
Despesas financeiras	-	245	245	-	-	-
Despesas de prestação de garantias em emissão de dívidas	3.692	-	3.692	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CCR GBS	8.175	-	8.175	-	-	-
Repasse de custos e despesas de colaboradores	285	46	331	-	-	-
Imobilizado / intangível	327	188	515	-	173	173

Despesas com profissionais chaves da administração

	2022	2021
Remuneração: (a)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	867	889
Outros benefícios:		
Provisão de participação no resultado		
Provisão para remuneração variável do ano a pagar no ano seguinte	649	522
Pagamento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano	574	(26)
Previdência privada	29	44
Seguro de vida	2	2
	<u>2.121</u>	<u>1.431</u>

Notas Explicativas

Saldos a pagar aos profissionais chave da administração

	2022	2021
Remuneração dos administradores (a)	650	608

- (a) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGOE) realizada em 11 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.500, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

10. Ativo imobilizado

		2021	2022					
Taxa média anual de depreciação %			Transferências					
		Saldo inicial	Adições	Baixas	(a)	Outros (b)	Saldo final	
Valor de custo								
Móveis e utensílios		10.905	-	(16)	53	-	10.942	
Máquinas e equipamentos		57.695	-	(392)	713	(642)	57.374	
Veículos		23.989	-	(1.423)	711	(545)	22.732	
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296	
Equipamentos operacionais		36.370	-	(108)	494	(413)	36.343	
Imobilizações em andamento		-	1.512	-	(1.977)	465	-	
Total do custo		129.255	1.512	(1.939)	(6)	(1.135)	127.687	
Valor de depreciação								
Móveis e utensílios		10	(1.776)	(1.064)	12	-	(2.828)	
Máquinas e equipamentos		12	(54.659)	(8.965)	340	-	(63.284)	
Veículos		25	(20.212)	(3.076)	1.336	-	(21.952)	
Instalações e edificações		(*)	(296)	-	-	-	(296)	
Equipamentos operacionais		10	(29.711)	(5.364)	69	-	(35.006)	
Total da depreciação			(106.654)	(18.469)	1.757	-	(123.366)	
Total geral			22.601	(16.957)	(182)	(6)	(1.135)	4.321

		2020	2021					
Taxa média anual de depreciação %			Transferências					
		Saldo inicial	Adições	Baixas	(a)	Outros (b)	Saldo final	
Valor de custo								
Móveis e utensílios		1.588	-	(108)	9.425	-	10.905	
Máquinas e equipamentos		82.207	-	(4.095)	7.335	(27.752)	57.695	
Veículos		24.669	-	(1.350)	4.542	(3.872)	23.989	
Instalações e edificações		296	-	-	-	-	296	
Terrenos		828	-	-	(828)	-	-	
Equipamentos operacionais		53.777	-	(3.357)	(1.128)	(12.922)	36.370	
Imobilizações em andamento		302	5.638	(4)	(3.979)	(1.957)	-	
Total do custo		163.667	5.638	(8.914)	15.367	(46.503)	129.255	
Valor de depreciação								
Móveis e utensílios		10	(835)	(299)	70	(712)	-	(1.776)
Máquinas e equipamentos		11	(44.739)	(10.774)	2.053	(1.199)	-	(54.659)
Veículos		24	(19.015)	(2.483)	1.293	(7)	-	(20.212)
Instalações e edificações		(*)	(296)	-	-	-	-	(296)
Equipamentos operacionais		11	(26.377)	(5.880)	1.953	593	-	(29.711)
Total da depreciação			(91.262)	(19.436)	5.369	(1.325)	-	(106.654)
Total geral			72.405	(13.798)	(3.545)	14.042	(46.503)	22.601

(*) Ativo 100% depreciado;

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e ativo intangível;

(b) Em 2022, o valor total refere-se à reclassificação para o contas a receber do Poder Concedente dos ativos reversíveis não depreciados ao final do prazo de devolução. Do montante de R\$ 46.503 em 2021, R\$ 46.284 refere-se a reclassificação para o ativo financeiro dos ativos reversíveis não depreciados ao final do prazo de devolução.

Notas Explicativas

11. Intangível e infraestrutura em construção

		2021	2022			
	Taxa média anual de amortização %		Transferências			
		Saldo inicial	Adições	(a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		189.358	-	40.479	(40.056)	189.781
Direitos de uso de sistemas informatizados		10.684	-	86	(70)	10.700
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		-	1.219	(80)	(1.139)	-
Total do custo		200.042	1.219	40.485	(41.265)	200.481
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(139.119)	(40.290)	-	-	(179.409)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(9.811)	(720)	-	-	(10.531)
Total da amortização		(148.930)	(41.010)	-	-	(189.940)
Total intangível		51.112	(39.791)	40.485	(41.265)	10.541
Infraestrutura em construção		-	37.844	(40.479)	2.635	-

		2020	2021			
	Taxa média anual de amortização %		Transferências			
		Saldo inicial	Adições	(a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida		1.460.587	-	167.944	(1.439.173)	189.358
Direitos de uso de sistemas informatizados		12.695	-	(1.233)	(778)	10.684
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		123	274	(9)	(388)	-
Total do custo		1.473.405	274	166.702	(1.440.339)	200.042
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura concedida	(*)	(104.099)	(35.571)	551	-	(139.119)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(9.191)	(1.394)	774	-	(9.811)
Total da amortização		(113.290)	(36.965)	1.325	-	(148.930)
Total intangível		1.360.115	(36.691)	168.027	(1.440.339)	51.112
Infraestrutura em construção		173.892	14.237	(182.069)	(6.060)	-

(*) Amortização pela curva de benefício econômico;

(a) Reclassificação entre ativo imobilizado, infraestrutura em construção e intangível; e

(b) Do montante R\$ 38.630 de 2022, R\$ 38.132 refere-se à reclassificação para o contas a receber do Poder Concedente dos ativos reversíveis não depreciados ao final do prazo de devolução, R\$ 496, refere-se à desapropriação e R\$ 2 a créditos de IRRF. Em 2021 o valor líquido de reduções no montante de R\$ 1.446.399, refere-se, R\$ 1.446.285, refere-se à reclassificação para o ativo financeiro dos ativos reversíveis não amortizados ao final do prazo de devolução, para maiores detalhes, veja nota explicativa n.º 8, R\$ 113 a cauções e R\$ 1 referente a IRRF.

12. Fornecedores

	2022	2021
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	34.519	28.690
Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros	11	16
	34.530	28.706
Não circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais	103	263
	103	263

Refere-se principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação.

Notas Explicativas**13. Obrigações sociais e trabalhistas**

	2022	2021
Circulante		
Salários e remuneração a pagar	1.488	869
Benefícios, gratificações e participações a pagar	3.466	3.204
Encargos sociais e previdenciários	1.168	1.199
Provisão para férias e 13º salário	3.363	3.332
	<u>9.485</u>	<u>8.604</u>
Não circulante		
Salários e remuneração a pagar	61	1
	<u>61</u>	<u>1</u>

14. Financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.) (a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 2022	Vencimento final	2022	2021
Em moeda nacional							
BNDES - FINEM I	TJLP + 2,00% a.a.	2,2338%	17.013	9.308	Março de 2039	608.834	640.754 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,1918%	2.598	1.465	Março de 2039	116.088	122.194 (b) (c) (d)
Caixa Econômica Federal	TJLP + 2,00% a.a.	2,4844%	2.671	1.517	Março de 2039	47.446	49.883 (b) (c) (d)
Total geral				<u>12.290</u>		<u>772.368</u>	<u>812.831</u>
Circulante							
Financiamentos						50.804	50.360
Custos de transação						<u>(1.386)</u>	<u>(1.458)</u>
						<u>49.418</u>	<u>48.902</u>
Não Circulante							
Financiamentos						733.854	776.219
Custos de transação						<u>(10.904)</u>	<u>(12.290)</u>
						<u>722.950</u>	<u>763.929</u>

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora CCR S.A não remunerado;
- (c) Garantia real; e
- (d) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis.

Notas Explicativas**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	2022
2024	48.121
2025	48.121
2026	48.121
2027	48.121
2028 em diante	541.370
(-) Custos de transação	(10.904)
	722.950

A Controladora CCR, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data-base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES. Não há quebra de *covenants* relacionados aos financiamentos.

Conforme cláusula quarta do contrato firmado com BNDES, a partir de 16 de janeiro de 2019, a Companhia deve efetuar depósitos em conta reserva, na qual permanecerão bloqueados durante todo o prazo do contrato de financiamento. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo aplicado totaliza R\$ 27.595.

15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e contratuais.

15.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	2021		2022				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Outros	Saldo final
Não circulante							
Cíveis e administrativos	248	3.149	(24)	(999)	61	-	2.435
Trabalhistas e previdenciários	1.783	1.427	(1.507)	(1.330)	68	-	441
Contratuais (a)	180.173	129.682	(73.651)	-	3.147	(237.713)	1.638
	182.204	134.258	(75.182)	(2.329)	3.276	(237.713)	4.514

Notas Explicativas

- (a) Em relação aos processos contratuais, a ANTT lavrou, até 31 de dezembro de 2022, 114 autos de infração contra a MSVia, relativos a aspectos operacionais e obrigações de investimentos previstos no contrato de concessão, os quais totalizam R\$ 239.351 (R\$ 180.173 em 31 de dezembro de 2021). Em 22 de abril de 2021, foi proferida decisão nos autos do processo de arbitragem n.º 24.957/GSS/PFF, decretando a suspensão da exigibilidade das referidas multas.

Em 6 de julho de 2022, foi celebrado Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre MSVia e ANTT, no montante de R\$ 237.713, cujo objeto é a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, com o consequente desconto do respectivo montante em relação à indenização em apuração de haveres e deveres ao final da vigência do contrato de concessão.

O montante de R\$ 237.713 é apresentado no balanço patrimonial como redutor do contas a receber do Poder Concedente (nota explicativa n.º 7), devido ao disposto na cláusula 8.1 do TAC, que prevê o abatimento de seu valor do montante estimado de indenização devida à MSVia.

Restou como saldo o auto de infração n.º 20/2021, no valor de R\$ 1.638, por não ter integrado o TAC, tendo em vista que ainda está em fase de discussão na via administrativa.

15.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2022	2021
Cíveis e administrativos	3.318	4.558
Trabalhistas e previdenciários	204	220
Contratuais (a)	-	218.296
	<u>3.522</u>	<u>223.074</u>

- (a) Os valores são relacionados aos processos possíveis, decorrentes de Autos de infração da ANTT, relativos a aspectos operacionais e obrigações de investimentos previstos no contrato de concessão. Em 22 de abril de 2021, foi proferida decisão nos autos do Processo de Arbitragem n.º 24.957/GSS/PFF, decretando a suspensão da exigibilidade das referidas multas.

16. Obrigações parceladas

	2021	2022			
	Saldo inicial	Atualização monetária	Pagamentos	Transferência	Saldo final
Multa com o Poder Concedente					
Circulante	971	126	(1.012)	479	564
Não circulante	1.272	55	-	(479)	848
Total	<u>2.243</u>	<u>181</u>	<u>(1.012)</u>	<u>-</u>	<u>1.412</u>

Notas Explicativas**Cronograma de desembolsos (não circulante)**

	<u>2022</u>
2024	565
2025	<u>283</u>
	<u>848</u>

17. Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 1.035.000, composta por 1.035.000.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 17 de janeiro de 2022, foi integralizado o saldo de R\$ 60.000, correspondente a 60.000 ações, aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de novembro de 2021.

Em 15 de setembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 59.000, mediante a emissão de 59.000 de ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas em 14 de outubro de 2022.

b. Prejuízo básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Numerador		
Prejuízo líquido	(306.138)	(75.499)
Denominador		
Média ponderada de ações (em milhares)	<u>985.814</u>	<u>921.934</u>
Prejuízo por ação - básico e diluído	(0,31054)	(0,08189)

Notas Explicativas**18. Receitas operacionais líquidas**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas de pedágio	164.251	231.964
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	37.844	14.238
Receitas acessórias	8.374	7.796
Receitas de prestação de serviço de partes relacionadas	-	405
Remuneração contas a receber do Poder Concedente	<u>18.838</u>	<u>174.950</u>
Receita bruta	<u>229.307</u>	<u>429.353</u>
Impostos sobre receitas	(23.395)	(25.920)
Devoluções e abatimentos	<u>(100)</u>	<u>(60)</u>
Deduções das receitas brutas	<u>(23.495)</u>	<u>(25.980)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>205.812</u></u>	<u><u>403.373</u></u>

19. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(69.379)	(58.194)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	(2.204)
Variação monetária sobre o excedente tarifário	1.517 (a)	(34.101)
Variação monetária sobre financiamentos	(764)	-
Juros e variações monetárias sobre obrigações com partes relacionadas	(3.692)	-
Juros sobre obrigações parceladas	(181)	(135)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(16)	-
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	<u>(1.885)</u>	<u>(893)</u>
	<u><u>(74.400)</u></u>	<u><u>(95.527)</u></u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	8.478	2.376
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	5	2
Juros e outras receitas financeiras	<u>109</u>	<u>41</u>
	<u>8.592</u>	<u>2.419</u>
Resultado financeiro líquido	<u><u>(65.808)</u></u>	<u><u>(93.108)</u></u>

(a) Efeito do recálculo do contas a receber do Poder Concedente, mais detalhes na nota explicativa n.º 7, item c.

Notas Explicativas

20. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A. possui um Comitê de Resultados e Finanças, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme os quadros a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Notas Explicativas

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
	Nível		
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	15.483	15.715
Aplicações financeiras	Nível 2	60.567	8.071
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	27.595	26.269
Contas a receber do Poder Concedente	Nível 3	1.036.346	-
		<u>1.139.991</u>	<u>50.055</u>
Custo amortizado			
Contas a receber		18.372	20.680
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		705	58
Contas a receber do Poder Concedente		-	1.424.434
		<u>19.077</u>	<u>1.445.172</u>
Passivos			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Financiamentos em moeda nacional (a)		(772.368)	(812.831)
Fornecedores e outras contas a pagar		(35.020)	(32.945)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		(11.864)	(5)
Obrigações com o Poder Concedente		(1.056)	(956)
		<u>(820.308)</u>	<u>(846.737)</u>
		<u>338.760</u>	<u>648.490</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Contas a receber do Poder Concedente** – Foi mensurado pelo valor justo através do resultado, utilizando a abordagem de custo, a qual inclui a avaliação de indenizações a serem recebidas do Poder Concedente em caso de relicitação do contrato de concessão.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às taxas de juros.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de financiamentos, aplicações financeiras e auto de infração com o Poder Concedente, com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Risco	Exposição em R\$ ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
TJLP ⁽²⁾	784.658	(73.236)	(87.576)	(101.920)
Efeito sobre os financiamentos		(73.236)	(87.576)	(101.920)
Selic ⁽⁴⁾	1.412	(193)	(241)	(289)
Efeito sobre as obrigações parceladas		(193)	(241)	(289)
CDI ⁽³⁾	88.162	10.538	13.151	15.755
Efeito sobre as aplicações financeiras		10.538	13.151	15.755
		(62.891)	(74.666)	(86.454)
As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:				
TJLP ⁽²⁾		7,19%	9,00%	10,79%
CDI ⁽³⁾		13,65%	17,06%	20,47%
Selic ⁽⁴⁾		13,65%	17,06%	20,47%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo.

Nos itens (2) a (4) está detalhado as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2022, divulgada pela BNDES;
- (3) Taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3;
- (4) Taxa de 31/12/2022, divulgada pelo Banco Central do Brasil;
- (5) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, IRRF e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (6) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP e Selic).

21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

Além dos pagamentos de verba de fiscalização ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	2022	2021
Compromisso de investimento	-	19.854

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

O valor dos compromissos de investimentos futuros contempla o previsto no Termo Aditivo n.º 1.

Notas Explicativas

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2022	2021
Fornecedores	2.343	3.450
Tributos a recuperar	(2)	-
Contas a receber do Poder Concedente	-	(1.487.910)
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	2.341	(1.484.460)
Adições ao ativo intangível	(2.343)	(3.672)
Outros de ativo imobilizado e intangível	2	1.488.132
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(2.341)	1.484.460

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	Financiamento	Capital social	Total
Saldo Inicial	(812.831)	(916.000)	(1.728.831)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento			
Pagamentos de principal e juros	110.606	-	110.606
Integralização de capital social	-	(119.000)	(119.000)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	110.606	(119.000)	(8.394)
Outras variações			
Despesas com juros	(70.143)	-	(70.143)
Total das outras variações	(70.143)	-	(70.143)
Saldo Final	(772.368)	(1.035.000)	(1.807.368)

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Pedro Paulo Archer Sutter	Conselheiro
Roberto Penna Chaves Neto	Conselheiro

Composição da Diretoria

Fausto Camilotti	Diretor Presidente e DRI
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor
Guilherme Motta Gomes	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0"S"MS

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas e Administradores da
Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A.
Campo Grande – MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária de Rodovia Sul Matogrossense S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo financeiro indenizável (Contas a Receber do Poder Concedente)

Veja as Notas 1 e 7 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria Como auditoria endereçou esse assunto

Em 10 de Junho de 2021 foi assinado o 1º Termo Aditivo, entre a MSVIA e o Poder Concedente, referente ao contrato de concessão para o trecho de rodovia entre a divisa do Estado do Mato Grosso e o Paraná.

Esse 1º Termo Aditivo estabelece que quando extinta a concessão, a Companhia terá o direito à indenização do saldo residual da: (i) infraestrutura; e (ii) dos equipamentos utilizados para operar a infraestrutura (ambos, bens reversíveis e indenizáveis) ajustados de acordo com os critérios definidos na Resolução ANTT nº 5.860/2019 e Decreto nº 9.957/2019.

Como os bens reversíveis e indenizáveis representam um direito contratual incondicional de receber caixa do Poder Concedente, a Companhia tem registrado em 31 de dezembro de 2022 um Contas a Receber do Poder Concedente.

Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, à natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar do assunto e às incertezas relacionadas a aplicação do cálculo para se estimar o saldo de contas a receber do Poder Concedente, que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- (i) Inspeção, em base amostral, dos documentos que suportam as adições ocorridas durante o exercício, tais como nota fiscal, medições, comprovantes de pagamento;
- (ii) Teste da aplicação dos cálculos matemáticos dos valores reconhecidos como ativos financeiros, correspondente aos bens reversíveis e indenizáveis, avaliando se foram elaborados de forma consistente com os critérios definidos na Resolução ANTT nº 5.860/2019 e Decreto nº 9.957/2019 e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa do Contas a Receber do Poder Concedente;
- (iii) Avaliação se as divulgações das demonstrações financeiras estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e se consideram todas as informações relevantes.

No decorrer da nossa auditoria foram identificados ajustes que, apesar de imateriais, afetaram o Contas a Receber do Poder Concedente, os quais foram registrados e divulgados pela Companhia no contexto das demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo do Contas a Receber do Poder Concedente bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Campo Grande/MS, 02 de março de 2023.

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 27, § 1º, incisos V e VI da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Campo Grande/MS, 02 de março de 2023.

FAUSTO CAMILOTTI
DIRETOR PRESIDENTE E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR

GUILHERME MOTTA GOMES
DIRETOR